



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA (SERVIÇO CONTINUADO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA) Pregão Eletrônico nº ____/2023 – Processo Administrativo nº 0468/2023

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços advocatícios na área trabalhista, de natureza contenciosa, para a defesa dos interesses do Coren-SP, no patrocínio de demandas que tramitem perante a Justiça do Trabalho e Tribunais Superiores, inclusive as que se encontrarem em tramitação anteriormente à assinatura do contrato e as que surgirem durante sua vigência, atuando em todas as fases do processo e instâncias de jurisdição, até o encerramento dos feitos, utilizando-se de todas as medidas e recursos judiciais cabíveis, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigência estabelecidas neste instrumento.

GRUPO ÚNICO				
ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA
1	Serviços advocatícios de natureza trabalhista (atuação em até 60 (sessenta) processos/mês) – PARCELA FIXA (pagamento mensal)	14281	Serviço (Mensal)	12
2	Serviços advocatícios de natureza trabalhista (atuação <u>por processo</u> , sempre que a atuação mensal exceder 60 processos) – PARCELA VARIÁVEL - PAGO SOB DEMANDA	14281	Processo	120
3	Reuniões com o Coren-SP para a definição de estratégias processuais e a transmissão de informações fundamentais acerca dos atos normativos da Autarquia, Termos de Ajustamento de Conduta assinados e outros dados para a atuação eficiente em matéria trabalhista - PAGO SOB DEMANDA	14281	hora	60

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais do mercado, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a iniciativa de contratar serviços advocatícios para contencioso trabalhista é de caráter permanente, ou seja, diante da motivação para a presente contratação, fundada nas ideias de (i) prevenir a ocorrência de conflitos de interesses; e (ii) referir-se a uma atividade-meio da Autarquia.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – Coren-SP atua na fiscalização e disciplina das atividades de enfermagem no âmbito estadual e conta com uma unidade jurídica interna – Gerência



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Jurídica – GJUR, competente para prestar assessoria e consultoria jurídicas, de natureza contenciosa e consultiva, ou seja, dedicando-se, atualmente, a todo assunto jurídico que envolva a participação deste Conselho.

2.2. A representação judicial e extrajudicial do Coren-SP compete privativamente à Procuradoria Jurídica PJUR e à Gerência Jurídica - GJUR, inclusive em matérias de natureza trabalhista.

2.3. Algumas destas demandas, entretanto, vinculam-se umbilicalmente às atividades finalísticas do Coren-SP, como é o caso das ações civis públicas relacionadas aos processos de fiscalização, dentre outras. Nessa classificação, todavia, não se inclui o contencioso trabalhista.

2.4. O quadro próprio de advogados do Coren-SP é suficiente, no momento, para atender as demandas jurídicas relativas às atividades-fim da Autarquia, motivo pelo qual não há previsão de concurso público para o cargo de advogado.

2.5. O Coren-SP contrata seus colaboradores pelo regime jurídico celetista, logo, os dissídios individuais e coletivos que tenham por objeto as relações de trabalho dos agentes públicos que laboram na Autarquia são julgados perante a Justiça do Trabalho, como estabelece o art. 114, I, da Constituição Federal de 1988.

2.6. Nas demandas trabalhistas há um potencial conflito de interesses no patrocínio das causas pelos advogados do quadro próprio do Conselho, tendo em vista que estes poderão ser, direta ou indiretamente, afetados em sua esfera própria de direitos e interesses pelos resultados da ação, considerando que são submetidos ao mesmo Plano de Cargos e Salários dos demais empregados públicos.

2.7. Cumpre observar o que consta do Código de Ética e Disciplina da OAB, nas relações entre advogado e cliente, com orientações para que não patrocine demandas relativas a direito que também lhes diga respeito:

Art. 4º: “É legítima a recusa, pelo advogado, do patrocínio de pretensão concernente a lei ou direito que também lhe seja aplicável, ou contrarie expressa orientação sua, manifestada anteriormente.”

2.8. E sobre o patrocínio de causa que tenha por objeto ato jurídico que o advogado tenha conhecido em consulta:

Art. 20: “O advogado deve abster-se de patrocinar causa contrária à ética, à moral ou à validade de ato jurídico em que tenha colaborado, orientado ou conhecido em consulta; da mesma forma, deve declinar seu impedimento ético quando tenha sido convidado pela outra parte, se esta lhe houver revelado segredos ou obtido seu parecer.”

2.9. E quanto ao sigilo de informações devido em relação a pessoa de quem seja advogado, temos:

Art. 26. “O advogado deve guardar sigilo, mesmo em depoimento judicial, sobre o que saiba em razão de seu ofício, cabendo-lhe recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou tenha sido advogado, mesmo que autorizado ou solicitado pelo constituinte.”

2.10. Destacamos o seguinte precedente do Tribunal de Ética e disciplina da OAB:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

“EXERCÍCIO PROFISSIONAL – ADVOGADO EMPREGADO – ATUAÇÃO CONTRÁRIA À SUA ORIENTAÇÃO TÉCNICA E JURÍDICA – RECUSA – POSSIBILIDADE E LEGITIMIDADE. Nos termos do artigo 133 da Constituição Federal e da Lei nº 8.906/94, o advogado tem direito ao exercício de sua atividade com independência e liberdade, para que possa desempenhar adequadamente o seu mister livre de coações e interferências que poderiam lhe constranger e, por conseguinte, prejudicar a defesa de seu cliente e a concretização do múnus social da profissão. A atuação do advogado deve limitar-se apenas à sua própria consciência, à lei e à ética. A independência e liberdade intrínsecas à atuação do advogado permitem, legitimamente, que este se recuse a atuar contrariamente à sua orientação jurídica ou aos seus preceitos éticos, ainda que submetido a relação empregatícia, Inteligência dos artigos 7º, inciso I, e 18 do Estatuto da Advocacia e do artigo 4º, caput e parágrafo único do Código de Ética e Disciplina”. (Proc. E-4731/2016 - v.u, em 17/11/2016, do parecer e ementa do Rel. Dr. FÁBIO TEIXEIRA OZI, Ver. Dra. MARCIA DUTRA LOPES MATRONE – Presidente em exercício Dr. CLÁUDIO FELIPPE ZALAF).

2.11. Situação em que isso ocorre de maneira mais flagrante é nos casos de dissídio coletivo anual, sejam estes de natureza econômica ou de greve, em que se discutem a pauta de reivindicações da categoria profissional, o reajuste salarial devido e o valor dos demais benefícios. Nesse contexto, a sentença normativa proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região estabelecerá as condições de trabalho para todos os empregados, incluindo, logicamente, os advogados, tanto os concursados como os ocupantes de cargos exclusivamente em comissão.

2.12. A propósito, em contratação anterior do mesmo objeto, Assessoria Especializada em Direito do Trabalho junto ao escritório Mascaro Nascimento Advogados (PA 92386/2010), a Procuradora Jurídica à época, motivou aquela contratação, dentre outros pontos, na seguinte consideração:

“3 – parcialidade do corpo jurídico permanente, sendo desaconselhável sua atuação em ações trabalhistas, pois muitas vezes estariam postulando contrariamente seus interesses particulares”. (PA 92386/2010 - fls.002 – grifos nossos).

2.13. Nesse sentido, consta da jurisprudência do TCU:

[...] 6. Por outro lado, ainda em relação a essa questão, foi apurado que o cargo de advogado faz parte do quadro de funcionários do Crea/SP, inclusive constando de suas atribuições a atuação na área trabalhista, especialidade do objeto dos serviços contratados. Dessa forma, a Autarquia, em princípio, estaria legalmente impedida de terceirizar tais serviços, estando então obrigada a realizar concurso para preenchimento dessas vagas. Todavia, foi demonstrado que a atuação de advogados do quadro do Crea/SP em suas causas trabalhistas poderia configurar conflito de interesses, tendo sido apontado, inclusive, que alguns desses advogados fazem parte do polo ativo de uma ação trabalhista enfrentada pelo Crea/SP. Restaria então justificada a contratação de prestação de serviços nessas situações excepcionais.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

(TCU — Plenário — Acórdão nº 202/2015, rel. Min. Augusto Sherman Cavalcanti, 04/02/2015).

2.14. Por outro lado, os causídicos que ocupam os cargos de confiança do Jurídico, em regra, não são especialistas em contencioso trabalhista, de modo que eventual atuação exclusiva nessa área, com a avocação de todos os processos trabalhistas, não somente impede a realização das atribuições pertinentes aos cargos que ocupam, mas também não representa o cenário ideal para diminuir o passivo trabalhista da Autarquia.

2.15. Nos últimos anos, a PJUR tem avocado a competência para representar o Coren-SP em todos os dissídios coletivos, o que, no entanto, não resolve por completo a questão posta, porquanto os advogados comissionados também serão alcançados pela decisão normativa. E não se impõe a exigência aos ocupantes dos cargos de confiança do Jurídico de que sejam especialistas em direito do trabalho ou processo do trabalho, situação em que o patrocínio das causas por advogados com especialidades em outras áreas do direito não constitui o cenário ideal para a Autarquia.

2.16. Em muitos casos ainda, advogado efetivo ou comissionado propõem reclamações trabalhistas, o que ocasiona o impedimento ou suspeição de boa parte do corpo jurídico, quando não todos os advogados, obrigando o Coren-SP a procurar uma alternativa diante disso dentro do curtíssimo prazo para apresentação de contestação.

2.17. Pretende-se, por fim, desvincular a atuação consultiva da contenciosa, de modo que a última não seja afetada pela primeira, em face do direito do advogado de recusar-se a patrocinar causas que tenha conhecido em consulta.

2.18. Diante destas questões, tem-se como necessária a contratação de escritório de advocacia especializado em demandas trabalhistas, tendo como objetivo especializar a defesa do Coren-SP em juízo, prevenindo, ademais, a ocorrência dos conflitos de interesses, em virtude de todas as situações acima expostas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da Solução corresponde à contratação de serviços contínuos de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços advocatícios na área trabalhista, de natureza contenciosa, para a defesa dos interesses do Coren-SP, no patrocínio de demandas que tramitem perante a Justiça do Trabalho e os Tribunais Superiores, inclusive as que se encontrarem em tramitação anteriormente à assinatura do contrato e as que surgirem durante sua vigência, atuando em todas as fases do processo e instâncias de jurisdição, até o encerramento dos feitos, utilizando-se de todas as medidas e recursos judiciais cabíveis, observando os requisitos, quantidades e exigências a serem estabelecidos neste e nos demais artefatos de contratação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Necessários ao Atendimento da Necessidade

4.1.1. A Contratada deverá praticar todos os atos e manifestações judiciais cabíveis, o que inclui, mas não se limita ao ajuizamento de ações, apresentação de contestações, réplicas, rescisórias, oposições, defesas, exceções, memoriais, informações, comparecimento a audiências e realização de sustentação oral, bem como o cumprimento de todas as intimações do processo e demais serviços a estes relacionados, na forma e prazo exigidos em cada caso, conforme o Direito aplicável, em todas as instâncias da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Superiores, na defesa dos interesses do Coren-SP em juízo, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas pelo contratante;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.1.2. A Contratada deverá indicar, no momento de assinatura do Contrato, equipe técnica de, no mínimo, 02 (dois) advogados responsáveis pela prestação de serviços ao Coren-SP, na condição de sócios, advogados associados ou empregados, todos com inscrição regular na OAB, cada qual com pelo menos 3 (três) anos de experiência no contencioso trabalhista, comprovada por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

4.1.3. A Contratada deverá informar expressa e previamente o Coren-SP acerca da eventual substituição dos profissionais responsáveis pela prestação de serviços indicados no curso da execução contratual, que poderá ocorrer tão somente na hipótese de serem substituídos imediatamente por profissionais com qualificação técnica igual ou superior ao substituído, nos termos do item anterior;

4.1.4. A Contratada somente poderá promover o substabelecimento dos poderes outorgados pelo Coren-SP para atuação em juízo para pessoa estranha aos quadros de pessoal da Contratada, na hipótese de execução de atividades acessórias aos serviços contratados, sem prejuízo da responsabilidade integral da Contratada pela correção técnica e adequação qualitativa dos serviços realizados;

4.1.5. A equipe técnica indicada para prestação de serviços ao Coren-SP deverá comparecer pessoalmente e atuar nas audiências, fazer sustentações orais e participar das reuniões com o Coren-SP, exceto quando previamente autorizada pela Contratante a representação por outros profissionais indicados;

4.1.6. A Contratada deverá manter inscrição regular na OAB e de todos os profissionais responsáveis pela prestação de serviços ao Coren-SP durante todo o período de execução contratual;

4.1.7. A Contratada deverá valer-se, na prestação de serviços objeto deste contrato, apenas de advogados habilitados e qualificados, detentores de conhecimentos especializados em direito do trabalho;

4.1.8. A Contratada deverá cumprir todas as normas técnicas da profissão, inclusive as da ABNT, na execução do objeto do contrato;

4.1.9. A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todos os encargos fiscais, civis, comerciais, trabalhistas e de outras naturezas decorrentes do objeto de contratação, inclusive pelo ressarcimento de danos ou prejuízos causados à Administração ou a terceiros originados direta ou indiretamente da execução do contrato;

4.1.10. A Contratada deverá cumprir a programação dos serviços feita periodicamente pelo Contratante, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos empregados e das pessoas em geral que se façam presentes;

4.1.11. A Contratada deverá substituir definitivamente qualquer empregado cuja conduta, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da Contratante ou ao interesse do serviço público, vedado seu retorno às dependências do Contratante, até mesmo para cobertura de faltas, licenças, dispensas, suspensão, férias ou qualquer outro motivo;

4.1.12. A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelos serviços contratados, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução, ficando responsável pela previsão de todos os custos decorrentes da relação contratual, incluindo na proposta de remuneração, no valor ofertado na licitação pelo objeto do contrato, o suficiente para cobrir todas as despesas diretas e indiretas



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

decorrentes de sua execução, tais como mão de obra, deslocamentos, insumos e materiais e o emprego dos equipamentos necessários à realização dos serviços;

4.1.13. Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos – humanos e materiais – com vistas ao aprimoramento e à manutenção da qualidade dos serviços e à satisfação da Contratante.

4.1.14. Sem prejuízo da competência da GJUR, deverá a pessoa jurídica Contratada extrair certidões online de ações trabalhistas para conhecimento das ações distribuídas, sempre que possível, antes mesmo do recebimento das comunicações processuais pelo Coren-SP;

4.1.15. A Contratada deverá assumir todas as causas judiciais trabalhistas em curso em que o Coren-SP seja autor, réu, assistente, terceiro interveniente, amicus curiae, ou figure em qualquer outra posição processual, na fase em que se encontrarem no momento da assinatura do contrato, mediante outorga de procuração ou substabelecimento desta, com ou sem reserva de iguais poderes;

4.1.15.1. O substabelecimento poderá ser promovido exclusivamente entre os advogados indicados pela Contratada para cumprimento do item 4.1.2., atuando os mesmos sob integral responsabilidade da Contratada;

4.1.16. A Contratada deverá reunir-se, presencial ou remotamente, com a Procuradoria Jurídica - PJUR do Coren-SP, sempre que convocada, a fim de expor à Autarquia as estratégias defensivas que pretende implementar, inclusive para selecionar documentos necessários à defesa, indicar preposto, selecionar testemunhas, formular propostas de conciliação, se for o caso, decidir sobre a interposição de recursos, bem como adotar quaisquer outras providências cabíveis;

4.1.17. A Contratada deverá realizar todos os cálculos trabalhistas, previdenciários e tributários pertinentes a cada ação sob sua responsabilidade, além de indicar os valores a serem provisionados no orçamento do Coren-SP, sempre que solicitado.

4.1.18. A pessoa jurídica Contratada, inclusive seus sócios, advogados associados ou empregados, ficarão impedidos de patrocinar causas em desfavor do Coren-SP, durante todo o período de cumprimento do contrato e mesmo até 3 (três) anos após o fim de sua vigência.

4.2. Requisitos técnicos-profissionais (a serem apresentados em até 5 (cinco) dias corridos do início da vigência contratual e sempre que houver mudanças na equipe profissional indicada para patrocínio dos processos do Coren-SP):

4.2.1. Certidão de inscrição regular perante a OAB dos 2 (dois) advogados que serão indicados para a prestação de serviços ao Coren-SP;

4.2.2. Comprovação de experiência profissional dos 2 (dois) advogados que serão indicados para a prestação de serviços ao Coren-SP de, no mínimo, 3 (três) anos, no contencioso trabalhista, comprovada por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado ou outro meio idôneo de comprovação.

4.2.3. Comprovação de vínculo profissional com a Contratada dos 2 (dois) advogados que serão indicados para a prestação de serviços ao Coren-SP na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a Contratada.

4.3. Requisitos de Segurança



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.3.1. A pessoa jurídica Contratada deverá guardar sigilo sobre todos os dados e informações a que tiver acesso em decorrência do cumprimento do contrato, sejam eles obtidos antes, durante e/ou após a prestação dos serviços, abstendo-se de utilizar-se, ainda que em demanda judicial própria ou de terceiros, de informações, conhecimentos técnicos, contábeis, financeiros ou de quaisquer espécies obtidos junto ao Coren-SP e assegurar a mesma conduta de seu pessoal, sejam estes sócios, associados, empregados e demais prestadores de serviço, responsabilizando-se pessoalmente por vazamento ou utilização indevidas destas informações;

4.3.2. A pessoa jurídica Contratada cumprirá fielmente todas as prescrições impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, observando rigorosamente as orientações das equipes encarregadas pelo planejamento, acompanhamento, implementação e monitoramento das ações de privacidade e proteção de dados pessoais do Coren-SP, bem como as diretrizes de segurança de tecnologia da informação estabelecidas pela Autarquia;

4.3.3. Como requisito obrigatório para início dos serviços, a Contratada deverá apresentar até a data de início de execução dos serviços **Termo De Compromisso de Manutenção do Sigilo**, preenchido e assinado pelo representante legal da Contratada e demais profissionais envolvidos na prestação dos serviços, conforme modelo a ser disponibilizado enquanto Anexo do Edital de Licitação, comprometendo-se formalmente a manter o sigilo profissional, não revelando a natureza do serviço a quem quer que seja, sob nenhuma circunstância, mesmo depois de encerrado o vínculo, orientando a todos os profissionais envolvidos que sejam discretos a respeito dos assuntos do contrato.

4.4. Sustentabilidade

4.4.1. Considerando que não foram verificados critérios ou práticas de sustentabilidade diretamente atrelados ao objeto contratual, deverá a Contratada observar, naquilo que cabe, os critérios de sustentabilidade ambiental descritos no Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 e da IN SLTI/MPDG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, pautando-se pelo uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos.

4.5. Indicação de marcas ou modelos

4.5.1. Não se aplica.

4.6. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.6.1. Não se aplica.

4.7. Da exigência de carta de solidariedade

4.7.1. Não se aplica.

4.8. Subcontratação

4.8.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.9. Garantia da contratação

4.9.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.9.2. A garantia, se nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.9.3. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.9.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.9.5. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

4.10. Vistoria

4.10.1. Não se aplica ao objeto licitatório.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de execução

5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1.1. Da Inicialização dos Serviços

5.1.1.1.1. Em até **10 (dez) dias corridos** a contar do início da vigência contratual, deverá haver o agendamento e a realização da **Reunião Técnica Inicial (RTI)**, a ser realizada de forma presencial, no endereço da Sede da Contratante ou por meios telemáticos, entre o Coren-SP e Contratada, por meio da participação do seu Representante Legal e/ou Preposto e equipe profissional indicada para patrocínio das causas da Contratante, a fim de tratar dos seguintes tópicos, não exaustivos:

a) Redistribuição das ações em curso originalmente patrocinadas pelos advogados da Contratante, mediante assinatura de termos de confidencialidade e juntada de petições de procuração e substabelecimento;

b) Fornecimento, pela Contratante, de documentação referente aos processos em andamento;

c) Apresentação de controles atuais realizados pela Gerência Jurídica do Coren-SP dos processos trabalhistas em andamento, indicando o conjunto de pastas de processos judiciais e arquivos de planilhas eletrônicas em uso pelo setor jurídico do Coren-SP.

d) Esclarecimento de dúvidas gerais relacionadas ao modelo de execução e gestão do contrato firmado.

5.1.1.1.2. A realização da RTI não ensejará obrigação em receber por parte da Contratada, uma vez que não corresponde à reunião a que alude o item 3 do objeto de contratação.

5.1.1.2. Do Fluxo Operacional de Execução dos Serviços

5.1.1.2.1. A Contratada deverá reunir-se, presencial ou remotamente, em caráter ordinário com a Procuradoria Jurídica do Coren-SP em periodicidade não inferior à mensal e extraordinariamente, sempre que for ajuizada nova demanda judicial, antes mesmo da realização do primeiro ato processual da reclamada.

5.1.1.2.1.1. A realização de qualquer reunião, seja aquela de caráter



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ordinário ou extraordinário deverá ser precedida do encaminhamento, pela Contratante, de Ordem de Serviço (OS) à Contratada. A OS conterá, dentre outras informações consideradas relevantes, a data e horário da reunião, o local de realização, bem como a duração inicial prevista, que poderá ser revisitada em função de eventual tempo adicional, desde que requerido pela Contratada.

5.1.1.2.1.2. O prazo máximo de encaminhamento da OS à Contratada será de 3 (três) dias úteis antes da data definida pela Contratante para a realização da reunião. A OS será encaminhada eletronicamente à Contratada, em e-mail a ser indicado no momento da Reunião Técnica Inicial.

5.1.1.2.1.3. A unidade mínima de faturamento da reunião será 1 (uma) hora, de forma que, ultrapassado este período, poderá ser considerado, para fins de faturamento, a fração de 30 (trinta) minutos.

5.1.1.2.2. A Contratada deverá conceder ao Coren-SP o acesso à íntegra dos processos sob seu patrocínio, bem como às peças processuais produzidas, isto é, contestações, petições iniciais de mandado de segurança, recursos ordinários, recursos de revista e recursos extraordinários ao Coren-SP, com 2 (dois) dias úteis de antecedência ao protocolo, permitindo o debate das teses jurídicas do litígio, oportunizando debate que vise ao aprimoramento e evolução na defesa dos interesses da Contratante, de forma que o Coren-SP, caso tenha alguma sugestão de modificação do texto, o faça até o próximo dia útil após o recebimento da peça;

5.1.1.2.3. O controle de recebimento de citações, intimações e notificações, seja por meios convencionais seja por meios eletrônicos, será realizado pela GJUR, transmitindo-se à Contratada a comunicação processual no prazo máximo de 1 (um) dia útil;

5.1.1.2.4. Sem prejuízo da competência da Gerência Jurídica da Contratante, a Contratada deverá promover a extração de certidões, todos os dias úteis, no sistema de Certidão de Reclamação Trabalhista - CET do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e no sistema de Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas – CEAT do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, informando à PJUR do Coren-SP, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, acerca do ajuizamento de novas reclamações trabalhistas em face do Coren-SP, salvo nos períodos de recesso do Poder Judiciário e nas demais hipóteses de determinação de suspensão de prazos processuais;

5.1.1.2.5. A Contratada deverá encaminhar guias de custas e outras despesas processuais, bem como informações acerca de condenações ao pagamento de valores, sejam eles provisórios ou definitivos, a qualquer título, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis ao término do prazo processual, salvo hipóteses excepcionais devidamente justificadas, para que seja promovido o procedimento de autorização e processamento do pagamento junto à Gerência Financeira da Contratante, devendo a referida Gerência encaminhar os comprovantes à Contratada, no máximo, 1 (um) dia útil após o pagamento;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

5.1.1.2.6. A Contratada deverá solicitar ao Coren-SP, sempre que necessário e oportuno, autorização expressa e prévia para a celebração de acordos, não interposição de recursos, desistência de feitos, renúncia, dentre outros, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis do prazo para a prática do ato;

5.1.1.2.7. A Contratada deverá encaminhar relatórios mensais de suas atividades à PJUR, com informações atualizadas de acompanhamento das demandas sob sua responsabilidade, em formato adequado para fins de prestação de contas aos órgãos de controle e de auditoria, conforme as orientações fornecidas pelo Coren-SP;

5.1.1.2.8. Os cronogramas elaborados pelo Coren-SP no tocante à execução dos serviços, com a assunção das causas, reuniões, relatórios, expedição de certidões, fornecimento de informações em geral, deverão ser rigorosamente respeitados pela Contratada.

5.2. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.2.1. Da Quantidade Atual de Reclamações Trabalhistas

5.2.1.1. De acordo com relatório da GJUR, datado de 09 de fevereiro de 2023, nos últimos 10 (dez) anos, o Coren-SP teve contra si ajuizadas 199 (cento e noventa e nove) reclamações trabalhistas, sendo que prosseguem em andamento 53 (cinquenta e três) reclamações, nas mais diversas instâncias do Poder Judiciário.

5.2.2. Da Quantidade de Serviços a Contratar

5.2.2.1. Em vista da demanda atual do Coren-SP relacionada a prestação de serviços advocatícios da natureza trabalhista e considerando a caracterização do objeto de estudos do ETP como serviço contínuo, bem como após levantamento de modelos de execução de contratações similares realizadas pela Administração, a EPC entendeu por caracterizar o objeto em parcela mensal fixa, correspondente a uma atuação da Contratada até 60 (sessenta) processos dentro do período de referência (mês) e remuneração adicional, paga por processo excedente, sempre que, em determinado período de referência, a atuação da Contratada exceder ao limite de processos acobertados no valor mensal fixo.

5.2.2.2. Esclarece-se que a referência de patrocínio judicial de 60 (sessenta) processos por mês, excluindo-se da contagem os que forem arquivados, representa uma estimativa, considerando-se o quantitativo atual de feitos em tramitação, que é de 53 (cinquenta e três) processos, concedendo-se uma margem para adicionar novas demandas sem mudanças no custo da contratação;

5.2.2.3. A delimitação de um patamar remuneratório estável para a Contratada, estimado a partir do valor unitário encontrado em contratações recentes do mesmo objeto, reflete a necessidade de conferir certa estabilidade, previsibilidade e incentivo à Contratada, porquanto apresenta-se relativamente baixo o valor estimado para cada demanda processual, obtido a partir de contratações realizadas por outros órgãos públicos expostas no mapa de preços.

5.2.2.4. Em relação ao pagamento eventual por processo excedente, a EPC estimou até 10 (dez) processos/mês, chegando às 120 (cento e vinte) unidades de pagamento anuais informadas na tabela do item 10.1 abaixo.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

5.2.2.5. E pela participação em reuniões, para a definição de estratégias processuais, sempre convocadas pelo Coren-SP por Ordem de Serviços, procura-se viabilizar a transferência de informações acerca do histórico da gestão de pessoas do Coren-SP, além de indicar os atos normativos internos aplicáveis aos colaboradores da Autarquia;

5.2.2.6. Entende-se que haverá necessidade de realizar, no mínimo, um encontro mensal sendo remunerada a Contratada por hora de reunião. Sendo o faturamento mínimo, por reunião, o custo de 1 (uma) hora, a EPC estabeleceu-se um teto de 5 (cinco) horas mensais, apenas para suprir eventual necessidade de convocações excepcionais, sob demanda, motivadamente decidido pela Contratante.

5.2.3. A Contratada deverá atender as necessidades relacionadas ao contencioso trabalhista do Coren-SP através de:

5.2.3.1. Patrocínio de demandas judiciais do Coren-SP na área trabalhista, com ajuizamento de ações de diversas espécies, inclusive rescisórias e mandatos de segurança, apresentando contestações, réplicas, oposições, exceções, memoriais, prestação de informações e outras; interposição de recursos e respostas a estes, em todos as instâncias e graus de jurisdição, inclusive perante o Tribunal Superior do Trabalho e o Supremo Tribunal Federal, na forma e nos prazos exigidos em Direito;

5.2.3.2. Assunção de todas as causas judiciais trabalhistas em curso do Coren-SP, na fase em que se encontram, logo após a assinatura do contrato;

5.2.3.3. Encaminhamento, por meio de formulário próprio, de requisição de pagamento de guias de custas e outras despesas processuais, além das obrigações decorrentes de condenações a qualquer título;

5.2.3.4. Realização de cálculos trabalhistas, previdenciários e tributários relativos às ações sob sua responsabilidade;

5.2.3.5. Indicação de valores a serem provisionados no orçamento do Coren-SP em relatório de contingências trabalhistas;

5.2.3.6. Comparecimento a audiências, sustentações orais, prática de atos de impulsionamento do processo em geral e demais diligências jurídicas relacionadas à atuação forense;

5.2.3.7. Prosseguimento da representação judicial das ações que lhe foram distribuídas pela pessoa jurídica Contratada, mesmo após o encerramento da vigência contratual, até o arquivamento definitivo dos processos;

5.2.3.8. Solicitação ao Coren-SP, sempre que necessário, de autorização expressa e prévia para a celebração de acordos, desistência de feitos, renúncia ou desistência de recursos, dentre outros;

5.2.3.9. Apresentação, quando for o caso, de parecer recomendando a não interposição de recursos judiciais.

5.3. Especificação da garantia do serviço

5.3.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.9. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.10.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.10.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.11. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos **provisoriamente**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.2.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.2.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.2.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.3.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5. Os serviços serão recebidos **definitivamente** no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

7.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

7.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.24. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

7.25. Não será admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

8. REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do Contratante:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da Contratada:

10.1.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.1.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

10.1.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

10.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

10.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.1.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

10.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10.3. Obrigações Específicas da Contratada em relação ao objeto licitado:

10.3.1. Responder civil e criminalmente pela guarda e conservação de toda a documentação e demais informações que venha a receber do Coren-SP para a defesa dos interesses da Autarquia, ou que tenha acesso em razão do contrato firmado entre as partes;

10.3.2. Guardar sigilo sobre todos os dados e informações a que tiver acesso em decorrência do cumprimento do contrato, sejam eles obtidos antes, durante ou após a prestação dos serviços, abstando-se de utilizar-se, ainda que em demanda judicial, de informações, conhecimentos técnicos, contábeis, financeiros ou de qualquer espécie obtidos junto ao Coren-SP e assegurar a mesma conduta de seu pessoal, sejam estes sócios, associados, empregados e demais prestadores de serviço, responsabilizando-se pessoalmente por vazamento ou utilização indevidas destas informações;

10.3.3. Cumprir fielmente todas as prescrições impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, observando rigorosamente as orientações das equipes encarregadas pelo planejamento, acompanhamento, implementação e monitoramento das ações de privacidade e proteção de dados pessoais do Coren-SP, bem como as diretrizes de segurança de tecnologia da informação estabelecidas pela Autarquia;

10.3.4. Conceder o acesso à íntegra dos processos sob os seus cuidados, por meio físico ou eletrônico, sempre que houver requisição da Contratante;

10.3.5. Manter, a Contratada, bem como todos os seus sócios, advogados associados e empregados que tenham parte na execução do Contrato, durante toda a vigência da avença, registros regulares perante a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;

10.3.6. Apresentar, sempre que solicitado pela Contratante, lista nominal de profissionais envolvidos na prestação dos serviços. Os funcionários a serviço deverão apresentar-se no Coren-SP, quando for o caso, devidamente identificados.

10.3.7. Garantir que seu pessoal guarde absoluto sigilo sobre os dados, informações e documentos fornecidos pelo Contratante aos quais tiver acesso em decorrência da prestação de serviços objeto do referido Contrato, ficando vedado seu uso, compartilhamento ou divulgação, sob qualquer justificativa.

10.3.8. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela Contratada na execução dos serviços serão de exclusiva propriedade do Contratante, não podendo a Contratada utilizá-los para quaisquer fins, divulgá-los, reproduzi-los ou veiculá-los, a não ser que prévia e expressamente autorizado pelo Coren-SP.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) **Multa:**
 - (1) moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
 - (2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

12.2. O critério de aceitabilidade de preços é sigiloso, nos termos do art. 15 do Decreto nº 10.024, de 2019, do art. 7º, §3º da Lei nº 12.527, de 2011, e do art. 20 do Decreto nº 7.724, de 2012.

12.3. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

12.4. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

Exigências de habilitação

12.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

12.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

12.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.13. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

12.14. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

12.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

12.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

(DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos ou Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

12.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

12.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

12.26. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

12.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

12.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

12.29. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

12.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica Operacional

12.31. Certidão de inscrição regular da licitante perante a OAB;

12.32. Comprovação de aptidão para a execução dos serviços advocatícios de complexibilidade equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pela jurisdição competente, quando for o caso.

12.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos no contencioso trabalhista, com patrocínio de, no mínimo, 30 (trinta) processos, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

12.32.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

12.32.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

12.32.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12.33. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

12.33.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

12.33.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

12.33.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

12.33.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

12.33.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

12.33.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

12.33.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação serão acobertadas dentro do elemento de despesa: 6.2.2.1.1.33.90.39.002 – Demais Serviços – Pessoas Jurídicas.

São Paulo, 28 de abril de 2023.

RESPONSÁVEL/INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTES DA ÁREA DE APOIO ADMINISTRATIVO
<p>Mike Martins dos Santos</p> <p>Assinado de forma digital por Mike Martins dos Santos Dados: 2023.05.15 09:53:25 -03'00'</p> <p>Mike Martins dos Santos</p> <p>Assessor II - PJUR</p> <p>Matrícula 1150</p>	<p>Elaborado em 26/04/2023 por:</p> <p>Natalia Cristina da Silva Santos</p> <p>Assinado de forma digital por Natalia Cristina da Silva Santos Dados: 2023.05.15 17:32:52 -03'00'</p> <p>Natalia Cristina da Silva Santos</p> <p>Assessora II - GCC</p> <p>Matrícula 1189</p> <p>Revisado em 28/04/2023 por:</p> <p>Andreia Alves de Lima</p> <p>Assinado de forma digital por Andreia Alves de Lima Dados: 2023.05.15 17:27:47 -03'00'</p> <p>Andreia Alves de Lima</p> <p>Gerente de Compras e Contratos</p> <p>Matrícula 1125</p>
<p>Fernanda Amorim Sanna</p> <p>Assinado de forma digital por Fernanda Amorim Sanna Dados: 2023.05.12 20:01:15 -03'00'</p> <p>Fernanda Amorim Sanna</p> <p>Procuradora Geral</p> <p>Matrícula 1137</p>	